

**POSSIBILIDADE E LIMITES DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA
CIDADANIA A PARTIR DA SUA REALIZAÇÃO NO TERRITÓRIO REGIÃO
CENTRAL E NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/ RS¹**

**POSIBILIDAD Y LÍMITES DE PROGRAMA TERRITORIOS DE LA
CIUDADANÍA DE SU ACTUACIÓN EN EL TERRITORIO REGIÓN
CENTRAL Y EN EL MUNICIPIO DE SANTA MARIA / RS**

**POSSIBILITIES AND LIMITS OF THE CITIZENSHIP TERRITORIES
PROGRAM BASED ON ITS PERFORMANCE IN THE CENTRAL REGION
TERRITORY AND IN SANTA MARIA CITY/ RS**

Ananda de Carvalho
Mestre em Geografia – UFSM
anandadecarvalho10@yahoo.com.br

Cesar De David
Prof. Dr. Adjunto do Depto. de Geociências da UFSM
cdedavid2009@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar, por meio do estudo do Território Região Central/RS e dos exemplos verificados em Santa Maria, os efeitos da implantação do programa Territórios da Cidadania. A pesquisa consistiu na realização de quatro eixos: a) o primeiro referiu-se à pesquisa teórica; b) o segundo correspondeu à análise de documentos elaborados pelo programa; c) o terceiro fundamentou-se em pesquisas de campo participantes, em visitas às entidades beneficiárias do programa em Santa Maria e na aplicação de questionamentos para os sujeitos envolvidos; d) o último eixo buscou sistematizar os dados obtidos, analisando-os, comparando-os e confrontando-os de forma crítica. Portanto, a partir disso, constatou-se que o programa Territórios da Cidadania oportuniza a sociedade civil organizada a intervir nos rumos da atuação do Estado e subsidia a democratização do acesso aos direitos básicos. Especialmente, em Santa Maria, tem auxiliado o fortalecimento de organizações sociais. A respeito do Território Região Central/RS, averiguou-se que ele, politicamente vem se consolidando, como instituição representativa das populações rurais expropriadas, embora existam conflitos políticos e realidades social e ambientalmente distintas.

Palavras - chave: Territórios da Cidadania, Desenvolvimento Territorial, Políticas Públicas, Território Região Central, Santa Maria/ RS.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo identificar, mediante del estudio el Territorio Región Central/RS y los ejemplos observados en Santa María, los efectos de la aplicación del programa Territorios de la Ciudadanía. La encuesta consta de cuatro componentes: a) primero se refirió a la investigación teórica, b) la segunda corresponde al análisis de los documentos producidos por el programa, c) la tercera se basaba en investigación del campo participantes, en las visitas al entidades beneficiarias del programa en Santa María y la aplicación de las preguntas de los interesados; d) el

¹ Artigo referente à Dissertação de Mestrado

último eje tratado de sistematizar los datos, analizarlos, compararlos y contrastarlos críticamente. Así que de eso, se encontró que del programa Territorios de la Ciudadanía fomentar las organizaciones de la sociedad civil para intervenir en el curso de la acción estatal y subvenciona la democratización del acceso a derechos básicos. Especialmente, en Santa María, ha ayudado a fortalecer las organizaciones sociales. Sobre el Territorio Región Central/ RS, se encontró que políticamente se ha consolidado como una institución representativa de la población rural desposeída, aunque hay conflictos políticos y las realidades sociales distintas y el medio ambiente.

Palabras clave: Territorios de la Ciudadanía, Desarrollo Territorial, Políticas Públicas, Territorio Región Central, Santa Maria/RS.

Abstract: This article aims to identify through the study of Territory Central Region/RS and the examples found in Santa Maria, the effects of the deployment of the program areas of Citizenship. This analysis was organized into four components: a) the firstly, a theoretical research was carried out; b) second, an analysis of documents produced by the program; c) the third section was based in field research participants, in visitations to the entities benefitting from the program in Santa Maria city, as well as application of questionnaires for the subjects involved; d) finally, the last section of this research tried to systematize the data, by analyzing them in a critical. As a result, it was found that the Citizenship Territories Program, it does give the opportunity to the civil society organizations to intervene in the course of state actions, besides subsidizing the democratization of access to basic rights. The case of Santa Maria city, in particular, has helped to strengthen cooperatives and rural workers' union. Regarding the Central Region Territory / RS, it was found that it has been consolidating as a representative institution of the disposed rural areas, although there are political conflicts and realities socially and environmentally distinct.

Keywords: Citizenship Territories, Territorial Development, Public policies, Territory Central Region, Santa Maria/RS.

INTRODUÇÃO

Mais recentemente, sobretudo, na última década, visando amenizar desigualdades sociais extremas, intensificou-se a implementação de políticas públicas dirigidas aos sujeitos que se caracterizam por exercer pequena exploração familiar ou coletiva da terra e/ou água como meio de subsistência. Conquistas, as quais são fundamentalmente resultantes de constantes reivindicações dos movimentos sociais.

Neste texto, destaca-se, de maneira central, a implementação, em 2008, do programa Territórios da Cidadania, o qual se originou dos Territórios Rurais, identificados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003. O programa Territórios da Cidadania, atualmente, está sob a responsabilidade do Ministério da Casa Civil (MCC), pois tem como princípio articular a atuação de

diferentes órgãos do governo federal, mas é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), que pertence ao MDA.

O programa, através da delimitação de unidades territoriais, visa a aproximar as escalas administrativas nacional, municipais e estaduais e, especialmente, as organizações sociais, com o objetivo de potencializar, interiorizar e expandir o acesso às políticas públicas para as populações excluídas, principalmente, aquelas situadas no campo. O programa busca intensificar, de forma diferenciada, a atenção estatal para as áreas mais deprimidas, direcionando, além de ações comuns a outros lugares, políticas distintas que contam com a participação local de forma consultiva, deliberativa e propositiva.

Nesse sentido, o programa Territórios da Cidadania está fundamentado no aporte teórico da abordagem territorial do desenvolvimento e consiste na demarcação de territórios. Esses territórios no aspecto físico reúnem municípios próximos com características em comum. No que se refere à dimensão política congregam entidades da sociedade civil e poder público em torno da construção de ações destinadas, em especial, aos agricultores familiares, assentados, povos quilombolas, indígenas, pescadores e piscicultores familiares.

No Brasil, em 2010, de acordo com o MDA, foram definidos 164 territórios, sendo 44 somente Territórios Rurais e 120 Territórios da Cidadania. No Rio Grande do Sul (RS), existem sete territórios reconhecidos oficialmente, dos quais quatro são Territórios da Cidadania e três Territórios Rurais. No estado, o segundo território a ser estipulado foi o Território Região Central/ RS, criado em 2005, como Território Rural, tornando-se Território da Cidadania, em 2009. Compõem, atualmente, o território central do Rio Grande do Sul trinta e quatro municípios, entre os quais Santa Maria.

Santa Maria corresponde ao município do Território Região Central/RS que possuiu maior população total, o equivalente, em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há 261.027 pessoas e o maior número de habitantes no campo, 12.684 pessoas. Entretanto, Santa Maria, proporcionalmente, equivale ao município do território central que apresenta menor população rural, somente 4,8% do número total de habitantes.

A partir desses dados, este texto propõe-se a discutir, por meio do estudo do Território Região Central/ RS e, mais especificamente dos exemplos observados em Santa Maria, as possibilidades e os limites da implantação do programa Territórios da

Cidadania. Assim, refletindo sobre a utilização recente da abordagem territorial do desenvolvimento como fundamento teórico-metodológico para as políticas públicas para o campo brasileiro.

Para a realização deste trabalho, fundamentou-se na execução de quatro eixos investigativos, o primeiro referiu-se à pesquisa teórica. O segundo eixo correspondeu à busca e à análise de documentos elaborados pelo programa Territórios da Cidadania. O terceiro eixo consistiu a) na participação junto do colegiado territorial e do núcleo técnico e dirigente do Território Região Central/RS; b) no diálogo com os sujeitos envolvidos no programa em nível nacional, estadual e federal e; c) em visitas às entidades beneficiárias do programa Territórios da Cidadania em Santa Maria, observando-as e dialogando com os seus dirigentes e associados em geral. Enfim, no último eixo, buscou-se sistematizar os dados obtidos, analisando-os, comparando-os e confrontando-os de forma crítica e qualitativa, contrapondo o estudo teórico, as observações e as vivências.

OS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

O programa Territórios da Cidadania possui a sua origem associada à criação, primeiramente, dos Territórios de Identidade e, posteriormente, à delimitação dos Territórios Rurais em 2003. No Brasil, os Territórios de Identidade e os Territórios Rurais foram responsáveis por inaugurar, de forma oficial, a promoção de políticas públicas com viés territorial e os Territórios da Cidadania significaram a consolidação da introdução dessa nova abordagem de desenvolvimento.

Os Territórios da Cidadania foram implantados, conforme o decreto oficial de 25 de fevereiro de 2008, em áreas economicamente mais deprimidas, com IDH inferior, com maior organização social, maior número de beneficiários do programa Bolsa Família e com maior concentração de agricultores familiares, assentados, quilombolas e povos indígenas, priorizando as populações rurais historicamente alijadas das políticas de desenvolvimento e o interior do país. Além disso, os Territórios da Cidadania utilizaram as configurações territoriais dos Territórios Rurais.

O programa Territórios da Cidadania representou a ampliação do programa Territórios Rurais, o qual se restringia às ações do MDA e ao diálogo com entidades interessadas pela questão do campo. Para os Territórios da Cidadania, são direcionadas

ações originárias de vinte e dois ministérios do governo federal que, para a sua realização, contam também com a participação de organizações urbanas.

Para os Territórios Rurais, o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), pertencente ao MDA, corresponde à ação central, enquanto que o programa Territórios da Cidadania, criado em 2008, compreende diversas outras ações como o Bolsa Família, o Benefício da Pessoa com Deficiência, o Benefício da Pessoa Idosa, o Programa de Aceleração do Crescimento, o Luz para Todos, políticas de saúde e de educação, entre outras.

O PRONAT funciona, centralmente, com os recursos destinados pelos Projetos de Infra-Estrutura (PROINF). O PROINF serve de apoio a projetos que visam a estruturar as organizações, entidades, associações ou cooperativas e também planos de serviços aos territórios, disponibilizando recursos não reembolsáveis, que objetivam mobilizar as comunidades e subsidiar as ações territoriais.

O programa Territórios da Cidadania, conforme a avaliação do MDA (2010), proporcionou que as políticas públicas chegassem a mais brasileiros, principalmente os que vivem no espaço rural. No período de atuação do programa, as famílias quilombolas atendidas pelo programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passaram de 17 para 669 e o número de agricultores familiares assistidos avançou de 319,8 mil para 687,8 mil. De acordo, com a análise do MDA (2010), os Territórios da Cidadania possibilitaram expandir o acesso das populações rurais às tecnologias digitais e chamaram a atenção de programas como Farmácia Popular e Minha Casa, Minha Vida, conquistando atendimento prioritário.

Entre as cinco regiões brasileiras, em 2010, os Territórios da Cidadania encontram-se em menor quantidade na região Sul, que possui 10 territórios e, em maior quantidade, no Nordeste, onde se localizam 56, seguida da região Norte, na qual existem 27, da Sudeste, que dispõe de 15 e, por fim, da região Centro - Oeste com 12 territórios.

As ações ofertadas pelo programa Territórios da Cidadania abrangem três eixos: apoio às diversidades produtivas; cidadania e direitos; e qualificação de infraestrutura. Esses eixos são subdivididos em outros nove focos: organização da produção; ações fundiárias; educação e cultura; direitos e desenvolvimento social; saúde, saneamento e acesso à água; apoio à gestão territorial; e infraestrutura.

Esses eixos, por consequência, de acordo com o MDA (2010), objetivam realizar a promoção do desenvolvimento econômico e a universalização dos programas básicos de cidadania. Tudo isso se faz por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, que busca, principalmente, integrar as políticas públicas, com o propósito de reduzir as desigualdades através da integração entre governos municipais, estaduais, federal e sociedade.

Orientados pelos eixos temáticos, os órgãos que compõem o programa Territórios da Cidadania constituem a matriz territorial, que corresponde à oferta de ações a cada território, de acordo com as suas demandas e também dos interesses estatais. A partir dessa matriz, onde constam as possíveis políticas, conforme o MDA (2010), ocorrem os debates territoriais, na sequência, o plano de ação territorial e, por fim, o relatório de execução. Entretanto, na prática, pequena parte da matriz sofre interferência direta da organização territorial, pois a maioria das ações independe da atuação do colegiado territorial para a sua execução.

O colegiado territorial corresponde à instância local de mobilização de cada Território da Cidadania e é composto por representantes da sociedade civil organizada e do poder público. Além dos colegiados, para a implementação do programa, que pressupõe uma metodologia participativa, existe o comitê articulador estadual e o comitê gestor nacional.

Este formato de atuação estatal, para Oliveira (2004), que metodologicamente valoriza a gestão social compartilhada das políticas, corresponde a um grande avanço, de modo especial, em um país tradicionalmente centralizador, o qual há pouco tempo vivenciou uma ditadura e no qual, sobretudo, as populações mais carentes historicamente foram alijadas de qualquer poder de decisão.

Em outras palavras, o desenvolvimento de espaços institucionais de gestão e negociação é peça fundamental para a superação das relações de poder baseadas no clientelismo e na marginalização dos setores mais pobres das sociedades locais (OLIVEIRA, 2004, p: 11).

Entretanto, segundo Hespanhol (2008), a descentralização das políticas públicas tem enfrentado dificuldades de várias ordens no Brasil. Os Conselhos Municipais, por exemplo, em conformidade com Hespanhol (2007), cumpriram um papel importante na construção da abordagem territorial participativa no país, porém, em decorrência de estruturas burocratizadas, eles acabaram superdimensionando a dependência das prefeituras, que se encontram desamparados para tal grau de gestão pública. Além disso,

esses conselhos, em sua maioria, terminaram presididos e dominados pelos setores técnicos. Essa realidade, de acordo com o mesmo autor, ocorre devido à grande parte das localidades situadas no interior do país, normalmente, achar-se dispersa, com baixo nível de organização e com dificuldade de acesso às infraestruturas e serviços públicos, elementos que comprometem a qualidade do processo de descentralização administrativa.

No caso dos colegiados territoriais do programa Territórios da Cidadania, apesar de, também, apresentarem esses problemas, a sua estrutura é menos burocratizada, o seu funcionamento não está fundamentalmente subordinado às prefeituras e, de forma diferenciada, surgem com a garantia de acesso a recursos que visam a expandir infraestruturas locais, ampliar o alcance dos direitos básicos e fortalecer a mobilização social, pois são, especialmente, ofertados à sociedade civil organizada.

Mas, se, por um lado, essa disponibilidade de políticas ofertada pelo programa auxilia a consolidar a existência dos colegiados territoriais, por meio de reuniões frequentes, assiduidade e aproximação das entidades representativas, por outro lado, observa-se que também contribui para estabelecer uma relação de dependência do governo federal por parte das organizações sociais e das prefeituras. Essa situação, em alguns momentos, dificulta as discussões, convertendo os debates em disputa pela distribuição dos recursos e das ações.

Outro fator que diferencia o programa Territórios da Cidadania de experiências de gestão participativa anteriores, como os Conselhos Municipais e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), refere-se ao fato dessa política limitar-se a discutir a situação das populações rurais historicamente desassistidas, como os agricultores familiares, assentados, quilombolas, povos indígenas e pescadores, os quais equivalem aos povos que vivem no campo sob a condição de uma produção de base familiar, comunitária ou coletiva e que, sobretudo, têm como objetivo a subsistência.

Em geral, não existe um limite oficial que impede o envolvimento de entidades empresariais ou do agronegócio nos Territórios da Cidadania. Porém, o diálogo com esses setores dominantes vem sendo evitado, pois, centralmente, essa política busca corrigir desigualdades históricas. Para Sumpsi (2007), historicamente, os grupos locais dominantes tem se apropriado dos recursos públicos, utilizando-os em seu proveito, o que é possível observar considerando que as

[...] políticas públicas para a agricultura, no Brasil, trouxeram em seu bojo, os interesses das velhas oligarquias agrárias regionais, que comandaram e ainda comandam o processo de produção agrícola e é detentora da maior parte das terras, conservando ainda forte poder político. [...] Com a descentralização administrativa, o que se viu foi que as elites locais, muitas vezes, antigas oligarquias que se perpetuaram no poder, passaram a utilizar os recursos e o poder em prol de si mesmas, gerando, assim, exíguos ou nenhum avanço na melhoria das condições de vida das populações locais. O poder dominante local conseguiu solapar muito dos avanços positivos que a descentralização poderia ter trazido (CLEMENTE, 2011, p: 87/109).

Desse modo, a integração dos grupos dominantes aos Territórios da Cidadania facilitaria para que mais uma vez os mesmos grupos apropriem-se do espaço, em detrimento do empoderamento espacial das classes menos abastadas. Assim, o programa Territórios da Cidadania, a SDT e o MDA, delimitando o foco de atuação, desejam promover o empoderamento sobre o espaço para aqueles que o constroem historicamente, mas nunca possuíram a oportunidade de vivenciá-lo de forma protagonista.

Portanto, os territórios da SDT, especialmente, os Territórios da Cidadania, são considerados, pelas organizações sociais, os espaços onde se estabelecem relações de poder que têm a sua singularidade expressa pela identidade construída, a partir do modo de vida familiar ou comunitário. Todavia, também, podem ser vistos como configurações provisórias e inacabadas, e, dessa forma, sujeitos a alterações.

Assim sendo, sujeitos à abordagem territorial, como têm sido vistos pelas políticas públicas, diante do programa Territórios da Cidadania, os territórios assumem o papel de promover possibilidades às localidades econômica e socialmente deprimidas e cultural e politicamente desvalorizadas. Nesse sentido, conforme Pires (2007), esses territórios são constituídos por espaços abstratos de proximidade entre diferentes sujeitos com uma ancoragem geográfica estabelecida para engendrar projetos específicos, resolver problemas e formular soluções inéditas.

O TERRITÓRIO DA CIDADANIA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

As discussões para formação do Território Região Central/RS iniciaram em 2004. Em 2005, foi consolidado como Território Rural e, em 2009, passou a integrar os Territórios da Cidadania. Enquanto Território Rural, possuía trinta e cinco municípios, ao tornar-se Território da Cidadania, sua composição foi revista, permanecendo a

mesma, com exceção de um município, Cerro Branco, o qual acabou preferindo compor o Território Centro Serra.

Atualmente, compõem o Território Região Central/ RS trinta e quatro municípios, são eles: Agudo, Restinga Seca, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Ivorá, Silveira Martins, Pinhal Grande e Dona Francisca, Jarí, Júlio de Castilhos, Quevedos, Itaara, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Dilermando de Aguiar e Toropi, Cachoeira do Sul, Paraíso do Sul e Novo Cabrais, Santiago, Unistalda, Capão do Cipó, Jaguarí, São Vicente do Sul, São Francisco de Assis, Cacequi, Mata e Nova Esperança do Sul, São Sepé, Formigueiro, Vila Nova do Sul e Santa Maria.

Esses municípios localizam-se sobre o planalto meridional, rebordo da serra geral e depressão central, três das quatro principais estruturas geomorfológicas do território rio-grandense, e situam-se no bioma pampa e mata atlântica. No que se refere às características históricas e culturais, o Território Região Central/ RS é diverso. O processo de formação dos municípios, que o integram, é marcado por realidades diferentes, inicialmente pela cultura indígena, posteriormente pela consolidação de grandes propriedades, através da ocupação portuguesa e espanhola, que também trouxe consigo povos africanos e ainda pelo processo de colonização alemã e italiana em pequenos lotes de terras.

Essas condições, por consequência, configuraram formas abrangentes de utilização e apropriação do espaço, que dificultam a conciliação de uma territorialidade coesa. Todavia, os territórios impostos pela força do poder estatal acabam sendo constituídos, por meio de incentivos e orientações que estimulam a construção de uma identidade. No caso do Território Região Central/ RS, o seu fortalecimento e a consolidação acontecem por meio da aproximação dos laços entre os povos rurais, que tem como base a produção familiar ou comunitária, mediada pela discussão e implementação de políticas públicas.

Contudo, entre os municípios do Território Região Central/RS, apesar das diversas formas de ocupação do espaço, no que concerne à matriz produtiva agrícola, sabe-se que ela encontra-se, de modo predominante, alicerçada nos cultivos de arroz irrigado e de soja, viabilizada por um modelo exportador. De acordo com arquivos do Programa Territórios da Cidadania produzidos no território central (2003), desde 1975, o cultivo de soja ocupa a maior parte das terras destinadas à agricultura, abrangendo entre 40% a 54% do total das áreas cultivadas em todo território. A rizicultura, cultura

tradicional na região, destaca-se utilizando a segunda maior parcela das terras cultivadas no território.

Além disso, de maneira muito semelhante, assim como ocorreu em outras regiões do estado e do país, o processo de exclusão e expropriação relacionada à modernização da agricultura tem impactado a realidade do território central, gerando maior produtividade, mas, do mesmo modo, tem provocado desemprego, êxodo rural, concentração de renda e terra.

Atualmente, conforme o censo demográfico de 2010, o Território Região Central/RS é habitado por 647.769 pessoas, o que corresponde a 6,12% da população estadual, dos quais 125.946 (19,44%) residem no campo e 521.823 nas cidades. A população rural é maioria em quinze municípios (44,11%), porém tem diminuído ao longo dos anos, enquanto a população urbana tem aumentado. Em torno da metade da população do território vive nos centros urbanos de Santa Maria e Cachoeira do Sul. Somente em dois municípios do território, Tupanciretã e Novo Cabrais, é possível afirmar que a população rural aumentou, comparando dados demográficos de 2000 e 2010.

No que se refere à dimensão organizativa do Território Região Central/RS, o Colegiado de Desenvolvimento Territorial Sustentável (CODETERS) foi, oficialmente, criado em 2006, junto com os Territórios Rurais, resultante de diversas reuniões e oficinas anteriores, que subsidiaram a sua formação e fundamentação e viabilizaram a solicitação de projetos para o PRONAT/PROINF, já em 2005. Esse espaço, por conseguinte, tem operado no sentido de, diante do contexto exposto, formatado por semelhanças e diversidades, limites e possibilidades, visualizar alternativas que proporcionem melhores condições de vida às populações rurais alijadas das políticas de desenvolvimento, ao longo da história, aproximando sociedade civil organizada e gestão pública.

O colegiado do Território Região Central/RS, na atualidade, é oficialmente formado por 116 entidades representativas, sendo elas metade da sociedade civil e a outra metade do poder público. Fazem parte associações, movimentos sociais, cooperativas, representação sindical, uma representação de cada município, instituições de ensino e assistência técnica.

O CODETERS, como delimita o seu regimento, é constituído prioritariamente por representantes de entidades voltadas ao desenvolvimento rural sustentável do território central do Rio Grande do Sul, tendo como públicos especiais os agricultores e

os pecuaristas familiares, os pescadores artesanais, os assentados e os acampados da reforma agrária, os indígenas, as mulheres trabalhadoras, os trabalhadores rurais e urbanos e os quilombolas. A sua composição não apresenta restrições sobre o caráter das entidades participantes, de modo a permitir, de forma permanente, a adesão de novos integrantes, desde que aclamados pela plenária do colegiado territorial, respeitando a paridade entre sociedade civil e poder público. Em geral, o CODETERS é constituído por representações convidadas, indicações das entidades participantes ou por solicitação dos interessados.

Cada território possui um assessor territorial contratado pelo MDA. Esses assessores são como articuladores, pois possuem o importante papel de viabilizar a comunicação e a mobilização entre as organizações civis e institucionais que compõem o território. Eles simbolizam o principal elo da gestão federal com as unidades territoriais. O desempenho das suas funções corrobora diretamente com a competência dos colegiados. Além disso, servem como orientadores e auxiliares, principalmente no que se refere a questões burocráticas, executam um papel técnico, mas a postura política que assumem interfere nos rumos da organização territorial.

Cada colegiado territorial possui, também, um núcleo dirigente, do qual, no caso do CODETERS do Territórios Região Central/RS, fazem parte dez entidades, metade do poder público e a outra da sociedade civil. Por parte do poder público, o núcleo dirigente do território central é composto pela UFSM - UDESSM (Universidade Federal de Santa Maria - Unidade descentralizada de Educação Superior da UFSM em Silveira Martins), EMATER/RS(Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural), representante da prefeitura municipal de Ivorá, prefeitura municipal de Jarí e prefeitura municipal de Cacequi. Por parte, da sociedade civil integram o núcleo dirigente a COOPARSUL (Cooperativa da Agricultura Familiar de Paraíso do Sul LTDA), ACAPAN (Associação Cacequiense de Proteção ao Ambiente Natura), COPERTEIRA (Cooperativa Regional da Reforma Agrária Mãe Terra LTDA), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), FETAG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul) mais o assessor territorial, que não possui direito a voto, caso seja necessário.

Do mesmo modo, respeitando a paridade entre poder público e sociedade civil, o colegiado territorial possui ainda um núcleo técnico, composto por doze membros. Por parte do poder público, o núcleo técnico é formado pela FEPAGRO (Fundação Estadual

de Pesquisa Agropecuária), IFF (Instituto Federal Farroupilha), NESAF/CCNE/UFSM (Núcleo de Estudos da Agricultura Familiar/ Centro de Ciências Naturais e Exatas/UFSM), prefeitura de Tupanciretã, EMATER/RS, AMCENTRO (Associação dos Municípios da Região Centro do Estado) e, representando a sociedade civil, acham-se a COOMIC (Cooperativa Mista de Cachoeira do Sul LTDA), a COOPTEC (Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos LTDA), a FETAG, a FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), o PROJETO ESPERANÇA e o DCE /UFSM (Diretório Central do Estudantes/ UFSM).

A coordenação do colegiado do território central está sob a responsabilidade dos representantes da FETAG e da COOPERTERRA; a coordenação do núcleo dirigente sob o encargo da EMATER e a coordenação do núcleo técnico encontra-se sob a responsabilidade do IFF – *Campus* de São Vicente do Sul. Essas coordenações são escolhidas em reuniões conjuntas dos núcleos dirigente e técnico.

Geralmente, os núcleos e as coordenações do Território Região Central/RS reúnem-se nas mesmas oportunidades e com mais frequência, em torno de uma vez por mês, enquanto o colegiado territorial realiza plenárias trimestrais. Portanto, os núcleos e as coordenações são as instâncias do CODETERS que desempenham um papel mais decisivo, filtrando as discussões.

No que diz respeito, por fim, aos âmbitos organizativos do CODETERS do território central, destaca-se a participação junto da Rede Estadual de Colegiados Territoriais do Rio Grande do Sul, que corresponde à esfera de articulação estadual dos territórios da SDT (Territórios da Cidadania e Territórios Rurais) e pré-territórios (territórios os quais não pertencem oficialmente ao mapa estipulado pela secretaria). As entidades indicadas a integrar essa rede, por parte do Território Região Central/RS, são: DCE/ UFSM, ACOPACHIM e o representante da prefeitura municipal de Dilermando de Aguiar.

A Rede Estadual de Colegiados Territoriais do Rio Grande do Sul, entre outras funções, tem cumprido o importante papel de intensificar as relações do governo do estado com os territórios da SDT. Devendo-se ressaltar que, até o ano de 2010, a gestão estadual havia se negado a compor e a dialogar com a política territorial do governo federal, devido às discordâncias políticas, no entanto, hoje em dia, em decorrência da mudança da administração estadual, em 2010, algumas ações vêm sendo estudadas e implementadas conjuntamente, o que demonstra articulação incipiente entre essas esferas de poder.

Igualmente, por conta de divergências políticas, também, houve, no Território Região Central/RS, prefeituras que, inicialmente, não integraram o colegiado territorial. Em 2009, para o primeiro arranjo do CODETERS do território central, as administrações municipais de Faxinal do Soturno e Unistalda não indicaram membros, alegando que o programa Territórios da Cidadania possuía viés partidário, ou seja, estava articulada aos interesses do partido do presidente da república. Apesar disso, no atual momento, essas prefeituras municipais possuem representação no colegiado.

Contudo, esta situação, permeada por disputas políticas, eleitorais e partidárias, que evitam a inclusão efetiva de entidades do poder público dos municípios, já foram mais veementes, sendo amenizadas, no decorrer da consolidação do programa, especialmente a partir da transformação do Território Rural em Território da Cidadania, o que representou, para as gestões locais, maior possibilidade de aumentar seus orçamentos.

Ao acompanhar a dinâmica de atuação do colegiado do território central, foi possível observar que compõem a organização territorial do Território Região Central/RS representações do poder municipal que se mostram mais empenhadas e parceiras no processo de desenvolvimento articulado, pois entendem que isoladas não possuem condições de superar as suas dificuldades e promover as suas qualidades. Ao mesmo tempo estão incluídas, corroborando Cazella e Búrigo (2008), administrações locais que enxergam o programa como mais uma oportunidade de acessar, individualmente, recursos federais.

Também fazem parte do CODETERS do território central, prefeituras que, devido ao grau de dispersão, afastamento e discórdia do conteúdo da política dos territórios, resistem acessar algumas ações especiais do programa. Por exemplo, Itaara e Toropi foram os únicos municípios do território central que, apesar do direito de beneficiarem-se recebendo, em forma de doação, retroescavadeiras, oriundas do Programa de Aceleração do Crescimento II (PAC II), que devem ser usadas na recuperação de estradas vicinais, não se cadastraram, oficializando a solicitação.

No entanto, em geral, no Território Região Central/ RS, as representações das prefeituras expressam interesse, aproveitando as suas políticas exclusivas, participando ativamente dos espaços de discussão, elaboração e direção. Essa cooperação facilita a efetivação dos projetos formulados pelo CODETERS junto das organizações da sociedade civil, pois a maioria dos recursos é transmitida via estrutura das

administrações dos municípios e as ações aplicadas com subsídio delas. Além disso, as prefeituras têm enxergado, no colegiado territorial, a possibilidade de conhecer as políticas públicas federais e acessá-las.

No caso dos projetos viabilizados pelo PRONAT/ PROINF, a interferência das administrações municipais é decisiva, podendo agilizar ou dificultar a efetivação da ação proposta. Além dos recursos serem repassados às prefeituras e a infraestrutura adquirida por elas, os recursos necessariamente devem ser aplicados em locais públicos. Para a utilização das associações cooperativas, sindicatos, entre outros, que demandam o projeto, os benefícios precisam ser cedidos em regime de parceria ou comodato.

Contudo, não é unicamente a participação das representações municipais que sofre interferências das disputas políticas. Como exemplo dessa constatação tem-se, representando um projeto de sociedade, o MPA que tem correspondido ao principal movimento social, integrante do colegiado do território central, que evidencia a necessidade de políticas mais radicais, as quais enfrentem os interesses monopolistas das grandes empresas e desestabilizem o modelo capitalista vigente. Em contraposição, dentro do colegiado territorial, entidades, como a FETAG, defendem um projeto que se identifica com o paradigma do capitalismo agrário, o qual, segundo Fernandes (2003), enxerga, nas políticas compensatórias, o meio dos agricultores familiares e camponeses inserirem-se plenamente no mercado e, assim, constituírem melhores condições de sobrevivência.

Todavia, além das discussões políticas e ideológicas, que marcam a participação das organizações da sociedade civil no colegiado territorial e, por conseguinte, as formulações de demandas, projetos e soluções que emanam do Território Região Central/RS, as entidades sociais cumprem o papel de auxiliar e mobilizar o acesso às políticas públicas para as pessoas que necessitam.

Do mesmo modo, a participação das instituições técnicas e de educação no colegiado do território central tem contribuído para ampliar o acesso às políticas públicas, nesse caso especificamente as que fazem parte do programa Territórios da Cidadania. Essas instituições assessoram o grupo, qualificam a organização territorial e fomentam a incorporação real da perspectiva de desenvolvimento territorial entre as ações do território.

Dessa forma, a presença de instituições técnicas e de ensino na composição dos colegiados torna-se relevante. Quando a esse aspecto o Território Região Central/RS encontra-se em uma situação favorável. O colegiado desse território conta com a

participação de duas instituições privadas de ensino superior (FAMES - Faculdades Metodistas e UNIFRA - Centro Universitário Franciscano), três cooperativas de assistência técnica (COPTEC, COOPATER - Cooperativa dos Profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural LTDA e COOPSAT - Cooperativa de Prestação de Serviço e Assistência Técnica e Educação Rural LTDA), a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), a FEPAGRO, a EMATER, uma universidade estadual (UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul) e uma universidade federal (UFSM).

AÇÕES DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA NO TERRITÓRIO REGIÃO CENTRAL/RS E EM SANTA MARIA

No que tange à totalidade dos investimentos direcionados ao Território da Cidadania Região Central/RS, através das matrizes territoriais de 2009 e 2010, verificou-se que, em 2009, o valor total previsto foi de R\$ 469.213.965,60, originado por nove ministérios e uma secretaria; e, em 2010, R\$ 547.815.271,60, envolvendo nove ministérios. Entre os recursos da matriz, o que mais se salientou, nesses dois anos, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em 2009, de acordo com o plano de execução territorial, o eixo “Organização sustentável da produção” do programa Territórios da Cidadania foi o que mais recebeu recursos, através do MDA, que disponibilizou, por parte do PRONAF, R\$ 205.811.540,53 para o Território Região Central/RS. O eixo “Direitos e desenvolvimento social”, em 2009, no território central, foi o segundo que recebeu maior volume de recursos, por meio do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelos programas Bolsa Família, Benefício da pessoa com deficiência e Benefício da pessoa idosa, somando R\$ 78.785.593,30.

Em 2010, conforme o plano de execução territorial, da mesma forma que no ano anterior, o PRONAF foi a política que disponibilizou mais recursos ao Território Região Central/RS, R\$ 182.683.184,49, em continuidade, o Bolsa Família investiu R\$ 36.932.480,00 e o PAC urbanização de favelas e saneamento proporcionou R\$ 36.380.580,26.

A respeito do PRONAT/PROINF, que corresponde à ação do programa Territórios da Cidadania que mais dialoga com os colegiados territoriais, conforme os relatórios do CODETERS, no Território Região Central/RS, entre 2005 e 2010, desde o

período em que era Território Rural, foram investidos, por meio do programa, em torno de R\$ 4.500.000,00. Esses recursos foram distribuídos e compartilhados, atingindo setenta entidades da sociedade civil e do poder público, através de trinta e seis projetos elaborados coletivamente entre os municípios, instituições de ensino e assistência técnica e organizações sociais.

Em Santa Maria, que corresponde ao município que apresenta maior população (261.027 hab.), 40,08% do total do território e maior população rural, 12.684 habitantes, o PRONAT/PROINF investiu, por via de parceria com a prefeitura municipal, R\$ 388.353,25. Com tanto, é importante destacar que o município de Santa Maria, por constituir-se como referência regional e compreender empreendimentos que possuem abrangência intermunicipal, do mesmo modo, foi beneficiado com ações viabilizadas através do auxílio estrutural de outras prefeituras. Assim sendo, por exemplo, a COOPERCEDRO, cooperativa situada em Santa Maria foi, em 2009, em ação intitulada “Transporte da produção de hortigranjeiros da agricultura familiar do entorno de Santa Maria”, por meio de parceria com a prefeitura de Ivorá, contemplada pelo PRONAT/PROINF com a concessão de uso de um caminhão, o qual foi conquistado com a justificativa de proporcionar à entidade a viabilidade de executar, com maior eficiência, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no município de Santa Maria e região.

Além disso, em 2006, por meio do PRONAT/PROINF, em parceria com a prefeitura de Santa Maria, a cooperativa foi beneficiada com o direito de utilizar um veículo, previsto em projeto de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar. O referido veículo tem sido fundamental para a COOPERCEDRO, servindo também para realização do PNAE, entre outras funções. Em 2010, a COOPERCEDRO foi beneficiada com o programa Territórios da Cidadania com a assessoria técnica de um plano de negócios e, em diferentes anos, obteve, por meio de distintos projetos coletivos, acesso a materiais de trabalho e equipamentos em geral, como informática e móveis.

A COOPERCEDRO foi criada em 2006, visando a mobilizar e organizar os agricultores familiares do município e, na medida do possível, os da região. Especificamente, esta entidade surgiu junto com o incentivo da administração municipal da época, objetivando viabilizar os critérios para que o município pudesse acessar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), pois não havia, em Santa Maria,

organização de agricultores familiares que se caracterizasse pela produção diversificada, principalmente, de hortifrutigranjeiros.

Em geral, os produtores cooperados na COOPERCEDRO reconhecem, a partir da participação na cooperativa, maiores oportunidades de comercialização para os seus produtos, embora esta não seja, para a maioria dos associados, a principal forma de geração de renda familiar. Todavia, a cooperativa potencializou as possibilidades dos agricultores utilizarem o cultivo de hortifrutigranjeiros de forma mais rentável.

Através da atuação da COOPECEDRO, os agricultores familiares de Santa Maria aumentaram a produção e a comercialização de frutas, verduras, legumes, entre outros alimentos diversificados, dando-lhes maior importância. Em alguns casos, os produtores passaram a produzir para além do consumo próprio e, em outros, começaram a comercializar o excedente, até mesmo o que era descartado.

Outra cooperativa e projeto social que tem utilizado a política dos territórios e contribuído para o seu fortalecimento tem sido o Projeto Esperança/COOESPERANÇA, que é regional, mas tem a sua sede situada em Santa Maria, sendo que a maioria dos associados é desse município. A entidade compõe o colegiado do Território Região Central/RS desde o seu processo de criação, sendo uma das motivadoras da implantação do programa Territórios da Cidadania no centro do estado do Rio Grande do Sul.

Segundo a coordenadora do Projeto Esperança/COOESPERANÇA (2011), o programa propicia a aglutinação de organizações sociais regionais e a articulação entre os municípios como não havia antes. Além disso, proporciona relacionar a realidade e ação local a outras escalas de atuação espacial como a nacional, estadual e até dos microterritórios, desconstruindo visões hierárquicas e fragmentadoras do espaço.

Uma das principais atividades promovidas pela COOESPERANÇA é o Feirão Colonial, que ocorre, semanalmente, no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, sede do Projeto Esperança em Santa Maria. A feira, desde a sua criação, em 1992, tem aumentado a clientela, conta com a comercialização de produtos agroindustrializados, artesanatos, alimentos e flores.

Para os associados ao Projeto Esperança/ COOESPERANÇA, a comercialização no Feirão Colonial proporcionou agregar mais valor aos seus produtos. Além disso, oferece aos agricultores segurança com relação ao pagamento e mais conforto, ao comparar-se com outras formas de negociação da produção. Enfim, as condições ofertadas pela COOESPERANÇA representam, para os agricultores familiares do

município de Santa Maria, maiores e melhores possibilidades de comercialização direta, valorização da sua produção diversificada e a alternativa de conhecer um novo modelo de economia e agricultura.

O Projeto Esperança/COOESPERANÇA compreende, ainda, outras atividades, além do Feirão Colonial, como a Feira Estadual do Cooperativismo (FEICOOP), o Projeto Catando Cidadania, a Teia da Esperança e a Cooperativa Das Crianças (COOPSOL). Trata-se de um projeto reconhecido internacionalmente e referência estadual em economia solidária, por isso, através da sua prática e do fomento de discussões teóricas, essa entidade configura-se como um instrumento importante, que se insere na construção de uma nova concepção de desenvolvimento.

Por via do programa Territórios Rurais, que logo deu origem aos Territórios da Cidadania, especificamente com os recursos do PRONAT/PROINF, o Projeto Esperança/COOESPERANÇA beneficiou-se, em 2005, com equipamentos de informática e materiais necessários para a construção do banco de sementes, os quais não estão sendo utilizados, uma vez que a ação proposta em conjunto com o Assentamento Carlos Mariguela não se efetivou por completo.

Essa ação, junto do Assentamento Carlos Mariguela com a COOESPERANÇA, corresponde ao único projeto elaborado pelo colegiado do território central que não se concretizou com plenitude. A ação visava a criar um banco de sementes ecológicas, que seria, fundamentalmente, abastecido pelo assentamento, o qual se destacava pelo cultivo de arroz agroecológico, enquanto a cooperativa deveria ser responsável pela parte de comercialização. Entretanto, em 2005, a maioria dos produtores do Assentamento Carlos Mariguela já não trabalhava mais com a rizicultura agroecológica, o que acarretou o abandono do projeto promovido pelo programa Territórios da Cidadania.

No entanto, é importante salientar que, no início da constituição do Território Região Central/RS, o assentamento, situado em Santa Maria, apoiou a implantação do programa Territórios da Cidadania, ocupando as vagas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no colegiado territorial, que equivaliam a três e que, no momento, oficialmente não se encontram ocupadas. Atualmente, o movimento em nível regional, assim como as lideranças do Assentamento Carlos Mariguela, encontra-se afastado da realização local do programa, ressalvando que embora as discussões e os diagnósticos elaborados sejam necessários, o MST tem buscado ações mais práticas que correspondam as suas demandas.

A respeito do Projeto Esperança/ COOESPERANÇA, salienta-se ainda que, em 2006, a entidade, por meio dos Territórios da Cidadania, foi também contemplada com o direito à utilização de um veículo, a benfeitorias estruturais, aos equipamentos para formação, capacitação, promoção da cultura e lazer e com a aquisição de bancas para a comercialização. No ano de 2007, o projeto/cooperativa favoreceu-se, além disso, com melhorias na infraestrutura e na aquisição de materiais de trabalho.

Contudo, entre as ações do programa Territórios da Cidadania, aquele que, nitidamente, provocará maior impacto para o Projeto Esperança/COOESPERANÇA corresponde à ampliação do Terminal de Comercialização - Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, projeto submetido ao PRONAT/PROINF em 2009, que deverá ser realizado com os recursos disponibilizados em 2011.

Em Santa Maria, a COOPISCENTRO é outra entidade social que se beneficiou com o programa Territórios da Cidadania e com a atuação direta do colegiado do Território Região Central/RS. A COOPISCENTRO foi fundada em 2006, originando-se da Associação de Piscicultores da Região Centro, criada em 1993. De acordo com o presidente da COOPISCENTRO (2011), ao tornar-se cooperativa, a maior parte dos associados passou a dedicar-se mais tecnicamente à cultura de peixes. Hoje em dia, a COOPISCENTRO possui vinte oito associados, todos situados em Santa Maria, mas pretende, para o futuro, expandir a sua área de abrangência para a região.

Mesmo antes de integrar-se ao CODETERS do território central, essa organização de piscicultores, junto da prefeitura de Santa Maria, foi escolhida pelo colegiado territorial para ser contemplada com a utilização de um caminhão refrigerado, equipado para realizar feiras de comercialização de peixes. O caminhão foi oferecido pelo Ministério da Pesca e da Aquicultura (MPA), especialmente, aos territórios da cidadania. Encontra-se sob a posse da administração municipal, a qual gerencia a agenda do caminhão, disponibilizando um servidor (motorista), enquanto isso, os produtores garantem o abastecimento e são responsáveis por indicar uma pessoa para trabalhar no caminhão/feira.

Antes da existência das feiras fazendo-se uso desse caminhão, a maior oportunidade de negociação direta para os produtores de peixe consistia na Feira do Peixe Vivo realizada em Santa Maria, na semana anterior ao feriado de Páscoa. Na realidade, a associação de piscicultores e, posteriormente, a COOPSICENTRO, organizavam-se em torno da Feira do Peixe Vivo, o que não era suficiente para

incentivar, com maior expressividade, a piscicultura no município, atividade que tem se tornado rentável e importante para a complementação do orçamento dos agricultores familiares. A partir desse processo, os piscicultores tiveram as suas produções intensificadas e encontram-se mais entusiasmados com a cultura, pois aumentaram significativamente as possibilidades de comercialização direta, que é mais rentável.

Por fim, em Santa Maria, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto da sua representação mais ampla a FETAG, também se favoreceu, por meio do PRONAT/PROINF, com a aquisição de equipamentos de multimídia, informática, de apoio administrativo diverso e dois veículos em parceria com as administrações municipais de São Vicente do Sul e São Martinho da Serra. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria (2011), esses materiais de trabalho possibilitaram melhorar a assistência prestada aos associados da região.

No que se refere à contribuição geral do programa Territórios da Cidadania, a partir das políticas que compreendem a sua amplitude, Santa Maria, conforme os dados dispostos pelo Portal da Cidadania (Site oficial do programa Territórios da Cidadania) em 2011, por município, sem contar o PRONAF, foi contemplada em 2009, com R\$ 126.728.365,69 e, em 2010, com R\$ 209.527.246,62, somando, entre esses anos, R\$ 336.255.612,31. Em meio a esses investimentos, constatou-se que, nos anos 2009 e 2010, as ações destinadas a programas de habitação foram as que mais contaram com recursos, sendo que quase a sua totalidade foi executada na área urbana. Por conta disso, entre outras questões, comumente, esses recursos não são vinculados às realizações do programa Territórios da Cidadania e discutidos ou, ao menos, considerados pelas instâncias territoriais como no CODETERS do território central.

Entretanto, no que diz respeito à falta de publicização do programa Territórios da Cidadania, foi possível observar que mesmo as ações discutidas pelo colegiado territorial são pouco reconhecidas pelo público em geral, sendo o conhecimento do seu funcionamento, dinâmica e benfeitorias restrito aos dirigentes das entidades sociais, técnicos e gestores públicos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O programa Territórios da Cidadania, a partir da abordagem territorial, participativa e integradora das diferentes escalas de poder e das distintas dimensões espaciais, forja uma experiência inovadora para a implementação de políticas públicas.

Serve como instrumento que estimula a construção de condições de empoderamento para os povos que, historicamente, se encontram oprimidos, oportunizando-lhes meios de se apropriarem dos aparatos da administração estatal.

Dessa forma, o programa distingue-se de experiências de descentralização administrativa anteriores, principalmente, porque se originou comprometido com as populações mais empobrecidas. Portanto, a identidade dos territórios ocorre por meio desse elo inicial, aprofundando-se a partir da implantação de políticas públicas e por discussões que se realizam, principalmente, nos colegiados territoriais.

No colegiado do Território Região Central/RS, embora haja esse vínculo, transcorrem também divergências políticas que interferem na dinâmica territorial do programa Territórios da Cidadania. As diferenças ocorrem no âmbito partidário e ideológico entre os representantes do poder público e, do mesmo modo, entre as representações da sociedade civil.

Todavia, além das discordâncias políticas, a atuação do colegiado do território central tem mobilizado as gestões municipais em torno do acesso às políticas públicas federais, aproximado esferas institucionais, organizações sociais e de assistência técnica e, com isso, subsidiado a comunicação da oferta de ações governamentais com as demandas.

Com relação ao caráter das ações que compõem o programa Territórios da Cidadania, constatou-se, através do estudo da dinâmica do Território Região Central/RS, que o PRONAT/PROINF corresponde à política a qual os colegiados territoriais assumem maior relevância e, por conseguinte, equivale à ação que mais se aproxima dos pressupostos metodológicos da abordagem territorial almejada. Neste sentido, embora o programa Territórios da Cidadania tenha alcançado a participação de mais ministérios, o enfoque principal permanece situado no âmbito do desenvolvimento rural e centralizado pelas ações do MDA. Contexto que, porém, se configura como um limite, pois os recursos desse ministério e do PRONAT/ PROINF são limitados.

No entanto, apesar dos limites, observou-se, sobretudo, através das experiências analisadas em Santa Maria, que as ações realizadas por meio do programa Territórios da Cidadania têm auxiliado o funcionamento de organizações sociais, as quais têm proporcionado, principalmente, melhores condições de trabalho e geração de renda para as populações rurais que utilizam a exploração da terra e/ou da água como meio de subsistência. Através da estruturação dessas entidades sociais, a política dos territórios

tem oportunizado novas possibilidades de comercialização, subsidiado discussões sobre alternativas de produção sustentáveis, incentivado a introdução de novas culturas e a diversificação produtiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Diário oficial**. Disponível em: <ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpseesp/bibliote/informe_eletronico/2011/iels.nov.11/Iels221/U_DC_241111.pdf>. Acesso em: outubro de 2011.
- CAZELLA, A. A. & BÚRIGO, F. L. O desenvolvimento territorial no planalto catarinense: o difícil caminho da intersectorialidade. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM, Ano XV, Jan – Jun de 2008.
- CLEMENTE, E. C. **O programa estadual de microbacias hidrográficas no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales – SP**. 2011. 314f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.
- COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Estudo propositivo do Território Região Central/RS**. Santa Maria, 2005.
- COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Regimento interno do CODETERS do Território Região Central/RS**, Santa Maria, 2009.
- COLEGIADO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Fichas Resumo do Território Região Central/RS**. Santa Maria, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.
- HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo do Brasil. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M. & SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 271 - 288p.
- HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. **4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP**, São Paulo, pp. 370-392, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: março de 2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 2010 e 2011.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Um Novo Brasil Rural**. Publicação Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário/INCRA, 2010.

OLIVEIRA, R. O. **Desenvolvimento e participação: o caso dos Conselheiros Municipais de desenvolvimento Rural do Estado de São Paulo**. 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PORTAL DA CIDADANIA. **Territórios da Cidadania**. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/>>. Acesso em: maio de 2010.

PIRES, E, L, S. As lógicas espaciais e territoriais do desenvolvimento: delineamento preliminar dos aspectos históricos, teóricos e metodológicos. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M. I. M & SUZUKI, J. C. **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 55 – 84p.

SUMPSI, J. M. Desarrollo rural com enfoque territorial: diferencias e semejanzas de las experiencias de La Unión Europea y América latina. In: ORTEGA, A. C. & ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007.